

**O CURRÍCULO OCULTO DO SILÊNCIO APÓS O SUICÍDIO DE UM ESTUDANTE:
IMPACTOS DA PÓS-VENÇÃO ESCOLAR NA APRENDIZAGEM, NO PERTENCIMENTO E NA
PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES ENLUTADOS**

**THE HIDDEN CURRICULUM OF SILENCE AFTER A STUDENT'S SUICIDE: IMPACTS OF
SCHOOL POSTVENTION ON LEARNING, BELONGING, AND RETENTION AMONG
BEREAVED STUDENTS**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.062-088>

Simone Resplandes Borges de Moraes

Especialista em Sociedade, Trabalho docente e Gestão Democrática
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
E-mail: simoneprofessoratoc@seduc.to.gov.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0009-3804-3122>

Deborah Cristinie Santos Batista

Especialista em Neurociência e Psicologia Aplicada
Faculdade Líbano
E-mail: psicologadeborahcristinie@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-5820-1581>

Jady Kamilly Pereira Brito

Licenciatura em Pedagogia
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
E-mail: jadykamillypereirabritopereira@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8494-1570>

Suzane Bucar Resplande

Especialista em Enfermagem do Trabalho
Universidade Estadual do Tocantins
E-mail: idsuzane@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1044-939X>

Tiago do Nascimento Alves de Paula

Mestrando em Ciências Florestais e Ambientais,
Universidade Federal do Tocantins, Brasil
E-mail: tiagoalves1905@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6017-0154>

Rodrigo Almeida de Sá

Doutorando em Ciências Florestais e Ambientais,
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
E-mail: rodrigoadesa@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9690-3055>

Túlio Silva Barbosa

Bacharel em Enfermagem

Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (UNIPLAN)

E-mail: tulhiofso2010@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7336-3148>

Marcos Antonio Negreiros Dias

Doutorando em Ciências Florestais e Ambientais

Universidade Federal do Tocantins

E-mail: marcosnegreiros1985@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1964-620X>

Resumo

O suicídio na adolescência constitui um fenômeno multidimensional que repercute sobre estudantes, famílias, profissionais e comunidades escolares. Embora a escola seja reconhecida como espaço estratégico de proteção, as respostas posteriores à morte de um estudante permanecem pouco sistematizadas, especialmente quanto aos efeitos sobre luto, pertencimento e continuidade educacional. Este estudo objetivou analisar a produção científica sobre pósvenção do suicídio no contexto escolar, identificando práticas, responsabilidades e lacunas. Realizou-se revisão de escopo, orientada pelo PRISMA-ScR, nas bases Scopus, Web of Science, PubMed/MEDLINE, PsycINFO, ERIC, SciELO e BVS, abrangendo publicações de 2011 a julho de 2026. Após identificação de 98 registros, remoção de 17 duplicatas, triagem e avaliação de 39 textos completos, 21 estudos compuseram a síntese. Os resultados demonstraram concentração de pesquisas em prevenção e identificação de riscos, reduzida avaliação das práticas de pósvenção e escassez de estudos sobre aprendizagem, frequência e permanência. Também revelaram a importância da comunicação segura, do pertencimento, da formação profissional e da articulação entre escola, família e rede intersetorial. Conclui-se que a pósvenção deve constituir política institucional contínua, capaz de romper o currículo oculto do silêncio e integrar acolhimento, proteção à vida e continuidade pedagógica, mediante acompanhamento continuado e avaliação institucional.

Palavras-chave: Adolescência; Gestão educacional; Luto; Rede de proteção; Saúde mental.

Abstract

Adolescent suicide is a multidimensional phenomenon with far-reaching consequences for students, families, professionals, and school communities. Although schools are recognized as strategic settings for protection, responses following a student's death remain insufficiently systematized, particularly regarding their effects on grief, school belonging, and educational continuity. This study aimed to analyze the scientific literature on suicide postvention in school settings, identifying practices, responsibilities, and research gaps. A scoping review guided by the PRISMA-ScR framework was conducted in Scopus, Web of

Science, PubMed/MEDLINE, PsycINFO, ERIC, SciELO, and the Virtual Health Library, covering publications from 2011 to July 2026. After identifying 98 records, removing 17 duplicates, screening the remaining records, and assessing 39 full-text articles, 21 studies were included in the synthesis. The findings revealed a research concentration on prevention and risk identification, limited evaluation of postvention practices, and a scarcity of studies addressing learning, attendance, and school retention. They also highlighted the importance of safe communication, school belonging, professional training, and coordination among schools, families, and intersectoral protection networks. Suicide postvention should therefore be established as an ongoing institutional policy capable of disrupting the hidden curriculum of silence while integrating psychosocial support, safeguarding life, and educational continuity through sustained follow-up and institutional evaluation.

Keywords: Adolescence; Educational management; Grief; Mental health; Protection network.

1 INTRODUÇÃO

O comportamento suicida na adolescência constitui um fenômeno complexo, influenciado pela interação entre fatores psicológicos, clínicos, familiares, escolares e sociais. Sintomas depressivos, ansiedade, impulsividade, dificuldades de regulação emocional, violência, abuso, bullying, isolamento e fragilidade dos vínculos podem ampliar a vulnerabilidade, enquanto autoestima, apoio familiar, bem-estar e integração social atuam como fatores protetivos. Essa multidimensionalidade impede explicações lineares e exige estratégias que articulem educação, saúde, família e comunidade, considerando as particularidades sociais e culturais dos adolescentes (Fonseca-Pedrero et al., 2022; Méndez-Bustos et al., 2025; Morcillo et al., 2025; Baldini et al., 2025; Prades-Caballero; Navarro-Pérez; Carbonell, 2025).

A escola ocupa posição estratégica nesse enfrentamento por constituir um dos principais espaços de socialização, aprendizagem e construção de vínculos durante a adolescência. Relações positivas com professores e colegas, participação nas atividades e reconhecimento social fortalecem o pertencimento e podem favorecer a procura por ajuda diante do sofrimento. Evidências na literatura também associam níveis mais elevados de pertencimento escolar a menores sintomas de depressão, ansiedade e estresse na vida adulta jovem. Em contrapartida, violência, exclusão e ausência de diálogo enfraquecem a confiança na instituição, demonstrando que proteção, cultura de paz e mediação de conflitos devem integrar permanentemente as práticas educativas (Allen et al., 2021; Allen et al., 2024; Štremfel; Šterman Ivančič; Peras, 2024; Martins; Dias, 2025; Dias et al., 2026).

As respostas escolares ao comportamento suicida podem ser organizadas em prevenção, intervenção e pósvenção. A prevenção envolve promoção da saúde mental, fortalecimento de fatores protetivos e

redução do estigma; a intervenção reúne as medidas adotadas diante da identificação de risco; e a pósvenção corresponde às ações realizadas após uma morte por suicídio. Programas escolares estruturados podem reduzir ideação e tentativas, sobretudo quando combinam formação profissional, participação de diferentes agentes e integração com serviços externos. Contudo, ações isoladas, campanhas ocasionais e encaminhamentos sem acompanhamento apresentam alcance limitado, tornando necessária uma abordagem institucional contínua e integrada (Weare; Nind, 2011; Breet et al., 2021; Walsh; McMahon; Herring, 2022; De Oliveira et al., 2023).

O problema torna-se mais evidente após a morte de um estudante, quando a comunidade escolar precisa lidar simultaneamente com luto, comunicação, continuidade pedagógica e proteção das pessoas vulneráveis. Embora existam orientações sobre preparação das equipes, comunicação com estudantes e famílias, identificação de risco e gestão de memoriais, muitas recomendações ainda apresentam sustentação empírica limitada. Professores e gestores frequentemente não recebem formação suficiente e podem experimentar culpa, insegurança e sobrecarga emocional, enquanto estudantes enlutados enfrentam dificuldades de concentração, aprendizagem, frequência e pertencimento. Desse modo, a pósvenção não deve ser reduzida a uma resposta emergencial, mas compreendida como processo institucional prolongado de cuidado e prevenção de novos agravos (Williams; Wexler; Mueller, 2022; Webb et al., 2026).

Além da ausência de protocolos, a resposta escolar pode ser condicionada por um currículo oculto constituído por normas, rotinas, relações de poder e expectativas não declaradas. Essas mensagens implícitas ensinam quais emoções podem ser demonstradas, quais assuntos podem ser discutidos e como professores e estudantes devem comportar-se diante do sofrimento. Quando a instituição evita falar sobre a morte, deslegitima manifestações de luto ou retoma a rotina sem considerar os efeitos educacionais, produz o que este estudo denomina “currículo oculto do silêncio”. Esse processo alcança estudantes e profissionais, podendo reforçar isolamento, obediência, passividade e invisibilização da dor, mesmo quando o currículo formal sustenta valores de acolhimento e proteção (Rossouw; Frick, 2023; Lee et al., 2023; Hosseini et al., 2023; Kärner; Schneider, 2024; Suskha, 2025).

Apesar do crescimento das pesquisas sobre prevenção do suicídio e saúde mental nas escolas, permanecem lacunas sobre os efeitos educacionais da pósvenção. A produção existente concentra-se principalmente em fatores de risco, identificação de sinais, programas preventivos e capacitação dos profissionais, enquanto são menos investigadas as repercussões de médio e longo prazo sobre pertencimento, aprendizagem, frequência e permanência dos estudantes enlutados. Também são escassos os estudos desenvolvidos em contextos culturalmente diversos, países de baixa e média renda e escolas com acesso limitado a serviços especializados. Essa lacuna evidencia a necessidade de aproximar as discussões sobre saúde mental, currículo, gestão escolar e continuidade educacional (Breet et al., 2021; Wexler; Mueller, 2022; De Oliveira et al., 2023; Williams; Webb et al., 2026).

O estudo teve como objetivo analisar a produção científica sobre a pósvenção do suicídio no contexto escolar, com ênfase em suas repercussões sobre o luto, o pertencimento e a continuidade educacional. Buscou-se identificar as responsabilidades atribuídas à escola, à família e à rede intersetorial, examinar as práticas de comunicação e acolhimento e discutir como normas e omissões institucionais podem produzir um currículo oculto do silêncio.

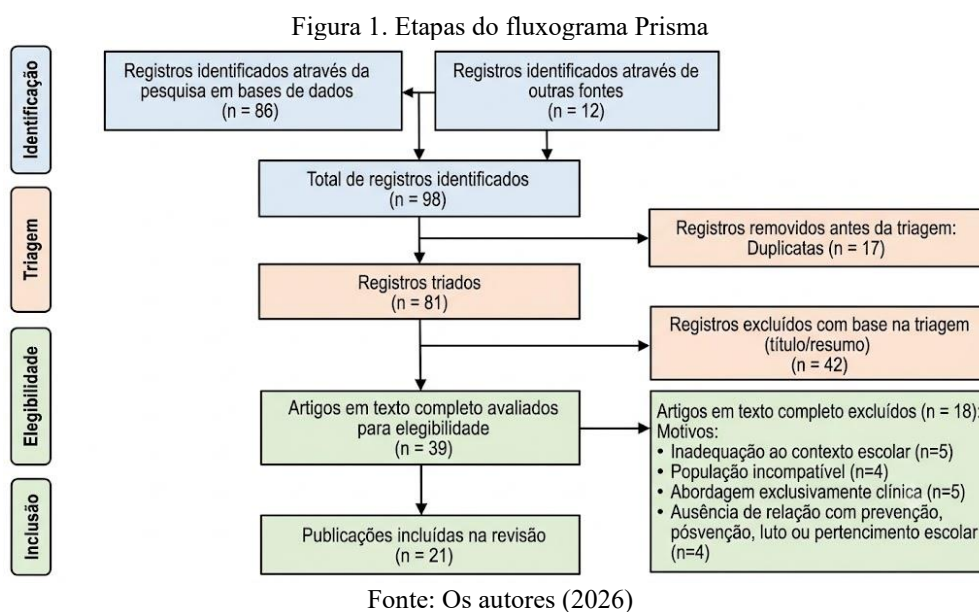
2 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma revisão de escopo, de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, destinada a mapear e analisar a produção científica sobre prevenção, intervenção e pósvenção do suicídio no contexto escolar. Essa modalidade de revisão foi escolhida em razão da heterogeneidade conceitual e metodológica do campo, constituído por pesquisas empíricas, revisões sistemáticas, estudos qualitativos, modelos teóricos e diretrizes institucionais. A condução seguiu as recomendações do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Extension for Scoping Reviews* – PRISMA-ScR (Tricco et al., 2018; Peters et al., 2020).

As buscas foram delimitadas ao período de janeiro de 2011 a julho de 2026 e realizadas nas bases Scopus, Web of Science, PubMed/MEDLINE, PsycINFO, Education Resources Information Center – ERIC, SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde – BVS. O Google Acadêmico foram empregados como fonte complementar, juntamente com a busca reversa nas listas de referências dos estudos selecionados. Foram utilizados descritores booleanos e termos livres em português, inglês e espanhol relacionados a pósvenção do suicídio, luto, comunidade escolar, estudantes, professores, pertencimento, aprendizagem, frequência, permanência e currículo oculto. Os termos foram combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, com adaptações sintáticas às características de cada base.

Foram incluídos artigos completos publicados em português, inglês ou espanhol que abordassem comportamento suicida na adolescência; prevenção, intervenção ou pósvenção em instituições educacionais; luto por suicídio na comunidade escolar; pertencimento e saúde mental; repercussões sobre aprendizagem, frequência ou permanência; formação dos agentes educacionais; e articulação entre escola, família e rede intersetorial. Também foram admitidos estudos conceituais sobre currículo oculto em outros níveis educacionais quando suas categorias apresentaram aplicação direta à análise das normas, omissões, expectativas e práticas implícitas das instituições escolares. Foram excluídas pesquisas exclusivamente clínicas ou hospitalares sem interface com a educação, estudos sobre adultos sem relação com o ambiente escolar, resumos de eventos, notícias, textos opinativos, registros duplicados, publicações sem informações metodológicas suficientes e documentos cujo texto completo não pôde ser recuperado.

Foram identificados 98 registros, sendo 86 nas bases de dados e 12 em fontes complementares. Após a remoção de 17 duplicatas, 81 registros foram submetidos à leitura dos títulos e resumos, dos quais 42 foram excluídos por não atenderem aos critérios iniciais. Na etapa de elegibilidade, 39 textos completos foram avaliados, sendo 18 excluídos: cinco por inadequação ao contexto escolar, quatro por população incompatível, cinco por abordagem exclusivamente clínica e quatro por ausência de relação com prevenção, pósvenção, luto ou pertencimento escolar. Ao final, 21 publicações atenderam aos critérios de elegibilidade e foram incluídas na revisão, conforme Figura 1 (Tricco et al., 2018).



A extração dos dados foi realizada por meio de uma matriz contendo autoria, ano, país, objetivo, delineamento, participantes, nível educacional, conceito investigado, prática de prevenção ou pósvenção, agentes envolvidos, repercussões emocionais e educacionais, principais resultados, limitações e contribuição para a revisão. Os estudos foram organizados em seis categorias temáticas: compreensão multidimensional do comportamento suicida; escola, pertencimento e proteção; prevenção, intervenção e pósvenção; luto na comunidade escolar; currículo oculto do silêncio; e responsabilidade institucional, familiar e comunitária.

Os dados foram submetidos à análise temática de conteúdo, desenvolvida mediante pré-análise, exploração do material, codificação, agrupamento temático e interpretação. A síntese assumiu caráter narrativo, acompanhada da comparação entre objetivos, métodos, contextos e resultados das publicações. Não foi realizada metanálise devido à diversidade de delineamentos, populações, intervenções e medidas de resultado. A avaliação metodológica não foi empregada como critério obrigatório de exclusão, característica compatível com a revisão de escopo, embora as limitações das fontes tenham sido consideradas na interpretação dos achados.

Por utilizar exclusivamente dados provenientes de publicações científicas e documentos de acesso público, a pesquisa não envolveu participação direta de seres humanos nem coleta de informações pessoais, dispensando submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Durante todas as etapas foram observados os princípios de integridade científica, transparência metodológica, respeito à autoria e correta identificação das fontes.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA: UMA COMPREENSÃO MULTIDIMENSIONAL

O comportamento suicida na adolescência constitui um fenômeno multidimensional, resultante da interação entre fatores psicológicos, familiares, escolares, comunitários e socioculturais. As transformações próprias dessa etapa do desenvolvimento podem intensificar vulnerabilidades quando associadas a desesperança, isolamento e dificuldades para enfrentar adversidades. Por isso, o suicídio não deve ser explicado por uma causa isolada, mas por experiências e condições que se acumulam e interagem ao longo da trajetória do adolescente (Baldini et al., 2025; Prades-Caballero et al., 2025).

Entre os fatores individuais, destacam-se sintomas depressivos, ansiedade, impulsividade, dificuldades de regulação emocional e histórico de ideação ou tentativa de suicídio. Essas condições podem ser agravadas por conflitos familiares, negligência, violência, abuso e ausência de apoio. Em contrapartida, vínculos familiares baseados em acolhimento, confiança e disponibilidade afetiva favorecem a procura por ajuda. A família, portanto, não deve ser responsabilizada de forma simplista, mas integrada às estratégias de cuidado desenvolvidas pela escola e pelos serviços de saúde (Méndez-Bustos et al., 2025; Morcillo et al., 2025).

O ambiente escolar também pode atuar como fator de risco ou proteção. Relações positivas, pertencimento, apoio entre pares e presença de adultos confiáveis favorecem o bem-estar, enquanto exclusão, discriminação, bullying e cyberbullying comprometem autoestima, segurança e integração. O enfrentamento dessas violências não representa apenas medida disciplinar, mas ação de promoção da saúde e proteção à vida. Nesse sentido, autoestima, habilidades socioemocionais, apoio familiar e acesso aos serviços especializados devem ocupar posição central nas políticas preventivas (Fonseca-Pedrero et al., 2022; Morcillo et al., 2025).

Ademais, a perspectiva socioecológica permite integrar fatores individuais, familiares, escolares, comunitários e institucionais, superando interpretações centradas exclusivamente no adolescente. Essa abordagem evidencia a necessidade de ações contínuas, culturalmente sensíveis e articuladas entre educação, saúde, assistência social, família e comunidade. Campanhas pontuais são insuficientes quando

não estão associadas à formação profissional, aos protocolos institucionais, aos espaços de escuta e aos fluxos seguros de encaminhamento e acompanhamento (Prades-Caballero et al., 2025; Baldini et al., 2025).

Assim, verifica-se que a exposição à morte ou à tentativa de suicídio de alguém próximo pode afetar estudantes, professores, gestores e familiares, produzindo culpa, estigma, rumores e sofrimento coletivo. Entretanto, ainda são limitadas as evidências sobre seus efeitos na aprendizagem, frequência, pertencimento e permanência escolar. Essa lacuna justifica a incorporação da pósvenção ao campo educacional como continuidade das ações de proteção. Compreender o fenômeno de forma multidimensional é, portanto, essencial para construir políticas integradas de prevenção, intervenção e pósvenção, articulando saúde mental, proteção à vida e continuidade educacional (Fonseca-Pedrero et al., 2022; Méndez-Bustos et al., 2025).

3.2 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PROTEÇÃO E PRODUÇÃO DE PERTENCIMENTO

A escola constitui um espaço fundamental de socialização, aprendizagem e proteção durante a infância e a adolescência. Além da transmissão de conhecimentos, participa da formação da identidade, da autonomia e dos vínculos interpessoais. Sua função protetiva envolve a criação de condições para que os estudantes se sintam aceitos, respeitados, valorizados e integrados à comunidade. O pertencimento escolar, portanto, ultrapassa matrícula e frequência, pois corresponde à percepção de ocupar um lugar legítimo na instituição (Allen et al., 2021; Štremfel; Šterman Ivančič; Peras, 2024).

A qualidade das relações estabelecidas no cotidiano escolar influencia diretamente essa experiência. Professores disponíveis, justos e acolhedores podem tornar-se adultos de referência, identificando mudanças, oferecendo escuta inicial e encaminhando situações que excedam suas atribuições. Evidências longitudinais indicam que níveis mais elevados de pertencimento na adolescência estão associados a menores sintomas de depressão, ansiedade e estresse na vida adulta jovem. Assim, fortalecer vínculos não constitui apenas estratégia de convivência, mas investimento duradouro na saúde mental e no desenvolvimento dos estudantes (Allen et al., 2021; Allen et al., 2024).

No mais, a proteção escolar também depende do fortalecimento da autoestima, do bem-estar, das habilidades socioemocionais e do apoio entre pares. Em contrapartida, bullying, cyberbullying, discriminação e violência simbólica produzem medo, rejeição e desamparo, comprometendo o pertencimento. Seu enfrentamento deve ultrapassar medidas punitivas e incorporar diálogo, letramento crítico, mediação de conflitos e participação democrática. A cultura de paz, nesse sentido, não elimina os conflitos, mas os transforma em oportunidades de aprendizagem e formação cidadã (Fonseca-Pedrero et al., 2022; Dias et al., 2026).

A função protetiva da escola exige uma perspectiva bioecológica e intersetorial, capaz de integrar fatores individuais, relações interpessoais, organização institucional e condições sociais. A complexidade

do sofrimento adolescente demanda articulação entre escola, família, saúde, assistência social, órgãos de proteção e comunidade, com responsabilidades claramente definidas. Essa cooperação deve preservar a natureza pedagógica da escola, evitar a criminalização do sofrimento e priorizar acolhimento, proteção de direitos e continuidade do cuidado (Prades-Caballero; Navarro-Pérez; Carbonell, 2025; Martins; Dias, 2025; Baldini et al., 2025).

Portanto, pode-se afirmar que no campo da prevenção do suicídio, o pertencimento adquire relevância porque isolamento, violência e falta de conexão estão associados ao sofrimento emocional. A escola precisa oferecer espaços de escuta, comunicação responsável, confidencialidade, profissionais preparados e fluxos seguros de encaminhamento e acompanhamento. Essas ações não devem restringir-se a campanhas ocasionais, mas integrar o projeto pedagógico e as práticas permanentes de convivência. Desse modo, reconhecer a escola como espaço de proteção significa situar o pertencimento no centro das políticas de prevenção, intervenção e pósvenção, articulando aprendizagem, saúde mental e permanência educacional (Allen et al., 2024; Morcillo et al., 2025; Baldini et al., 2025).

3.3 PREVENÇÃO, INTERVENÇÃO E PÓSVENÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

O enfrentamento do comportamento suicida no contexto escolar deve articular prevenção, intervenção e pósvenção como dimensões complementares de uma política permanente de proteção à vida. A prevenção compreende as ações anteriores à identificação de uma situação concreta de risco; a intervenção corresponde às medidas adotadas diante de sinais, ideação ou tentativa; e a pósvenção reúne as estratégias implementadas após uma morte por suicídio. Embora ocorram em momentos distintos, essas dimensões precisam integrar o projeto pedagógico, os protocolos institucionais e a rede intersetorial, evitando respostas improvisadas ou dependentes da iniciativa individual dos profissionais (De Oliveira et al., 2023; Baldini et al., 2025).

Nesse aspecto, observa-se que a prevenção deve partir de uma compreensão multidimensional do comportamento suicida, considerando a interação entre sintomas depressivos, ansiedade, impulsividade, dificuldades de regulação emocional, conflitos familiares, violência, bullying, isolamento e baixa autoestima. Esses fatores não atuam isoladamente nem permitem prever de forma linear uma ocorrência, pois o risco resulta da combinação dinâmica entre condições individuais e contextuais. Por isso, as ações preventivas precisam reduzir vulnerabilidades e, simultaneamente, fortalecer autoestima, bem-estar, apoio familiar, habilidades socioemocionais e vínculos escolares (Fonseca-Pedrero et al., 2022; Méndez-Bustos et al., 2025; Prades-Caballero; Navarro-Pérez; Carbonell, 2025).

Outrossim, as estratégias preventivas podem ser organizadas nos níveis universal, seletivo e indicado. As universais destinam-se a toda a comunidade escolar e incluem promoção da saúde mental,

educação socioemocional, combate ao estigma e divulgação dos serviços de apoio. As seletivas atendem grupos expostos a vulnerabilidades específicas, como vítimas de violência ou estudantes socialmente isolados. As indicadas são direcionadas a pessoas que já apresentam ideação, tentativa ou sinais intensos de sofrimento. A combinação desses níveis é mais efetiva quando incorporada à organização escolar, à formação docente, ao currículo e à articulação com as famílias e os serviços especializados (Weare; Nind, 2011; Breet et al., 2021; Morcillo et al., 2025).

No mais, o pertencimento escolar constitui um fator central de prevenção, porque favorece vínculos, participação e procura por ajuda. Estudantes que se sentem aceitos, respeitados e valorizados tendem a reconhecer a escola como espaço seguro para expressar dificuldades e acessar adultos confiáveis. Relações positivas com professores e colegas podem produzir benefícios imediatos e duradouros para a saúde mental. Em contrapartida, bullying, cyberbullying, discriminação e exclusão enfraquecem a integração e ampliam o sofrimento. Assim, cultura de paz, mediação de conflitos, letramento crítico e enfrentamento da violência devem integrar permanentemente as práticas educativas (Allen et al., 2021; Allen et al., 2024; Štremfel; Šterman Ivančič; Peras, 2024; Martins; Dias, 2025; Dias et al., 2026).

Outro ponto, é o fato que a intervenção começa quando sinais consistentes de sofrimento, ideação ou tentativa são identificados. Nessa situação, o estudante deve ser acolhido de maneira reservada e sem julgamentos, permanecendo acompanhado até que os responsáveis e os serviços competentes sejam acionados. A função da escola não é realizar diagnóstico ou substituir profissionais de saúde, mas assegurar proteção imediata, comunicação segura, encaminhamento e acompanhamento do retorno às atividades. Para isso, professores, gestores e demais profissionais necessitam de formação, suporte técnico e protocolos que definam responsabilidades e fluxos de atendimento (De Oliveira et al., 2023; Baldini et al., 2025).

A literatura traz que programas escolares estruturados podem contribuir para reduzir a ideação e as tentativas de suicídio entre adolescentes. Entretanto, os resultados dependem da qualidade da implementação, da adequação ao contexto, da participação de diferentes agentes e da continuidade do acompanhamento. A diversidade metodológica e a concentração das pesquisas em países de alta renda limitam a generalização dos achados, principalmente para escolas localizadas em territórios com poucos serviços de saúde mental. Portanto, as intervenções devem ser adaptadas às condições locais, avaliadas continuamente e integradas a redes de encaminhamento efetivamente disponíveis (Breet et al., 2021; Walsh; McMahon; Herring, 2022).

Já a pós-venção, pode-se dizer que esta corresponde às ações realizadas depois de uma morte por suicídio para acolher os afetados, favorecer a elaboração do luto e prevenir novos comportamentos suicidas. A resposta escolar deve incluir comunicação responsável, apoio aos estudantes e profissionais, identificação das pessoas mais vulneráveis, orientação às famílias e acompanhamento de médio e longo prazo. As informações precisam ser confirmadas antes da divulgação, preservando-se a privacidade e evitando

detalhes, atribuição de culpa ou romantização. Ao mesmo tempo, o silêncio absoluto pode favorecer rumores e ampliar a sensação de abandono, tornando necessária uma comunicação equilibrada entre transparência, respeito e segurança (Williams; Wexler; Mueller, 2022; Webb et al., 2026).

Ademais, a continuidade pedagógica também deve integrar a pósvenção, pois o luto pode comprometer concentração, aprendizagem, frequência e participação. A escola pode oferecer espaços de escuta, flexibilizações temporárias e acompanhamento das mudanças de comportamento e rendimento, sem interromper indefinidamente sua rotina. Homenagens e memoriais devem seguir critérios institucionais seguros, evitando idealização da morte e exposição excessiva nas redes sociais. Como as evidências sobre pósvenção ainda são limitadas, as respostas precisam ser monitoradas e construídas com a participação dos jovens, das famílias, dos profissionais e da rede de proteção (Webb et al., 2026; Williams; Wexler; Mueller, 2022).

Pode-se dizer que a prevenção, a intervenção e a pósvenção formam um sistema contínuo de cuidado. A prevenção fortalece vínculos e fatores protetivos; a intervenção organiza a resposta diante do risco; e a pósvenção apoia a comunidade após uma morte e procura reduzir novas ocorrências. A efetividade desse sistema depende de políticas permanentes, formação profissional, protocolos claros, pertencimento escolar e articulação entre educação, saúde, assistência social, família e comunidade. Desse modo, a proteção à vida deve estar presente antes, durante e depois das situações críticas, constituindo uma responsabilidade institucional compartilhada (De Oliveira et al., 2023; Morcillo et al., 2025; Baldini et al., 2025).

3.4 LUTO POR SUICÍDIO NA COMUNIDADE ESCOLAR

O luto decorrente de uma morte por suicídio constitui uma experiência complexa que pode atingir diferentes integrantes da comunidade escolar. Seus efeitos não se limitam aos familiares ou amigos mais próximos, pois também alcançam colegas de turma, professores, gestores, funcionários e estudantes que, mesmo sem vínculo direto com a pessoa falecida, podem se identificar com a situação. A intensidade das reações varia conforme a proximidade afetiva, as experiências anteriores de perda, as condições de saúde mental e o apoio disponível. Diante disso, a comunidade escolar não deve ser compreendida como um grupo uniformemente enlutado, mas como uma rede de pessoas afetadas de maneiras e intensidades distintas (Williams; Wexler; Mueller, 2022; Webb et al., 2026).

Outrossim, o luto por suicídio apresenta particularidades relacionadas ao estigma, à culpa e à busca por explicações. Familiares, amigos e profissionais podem revisar acontecimentos anteriores, questionar se poderiam ter identificado sinais ou imaginar que alguma ação teria evitado a morte. Sentimentos de tristeza, raiva, vergonha, medo e incompreensão podem coexistir e tornar o processo de elaboração mais difícil. A

procura por uma causa única, contudo, tende a simplificar um fenômeno multidimensional, resultante da interação entre fatores psicológicos, familiares, relacionais e sociais. Por isso, a comunicação escolar deve evitar culpabilizações e explicações lineares, reconhecendo a complexidade do comportamento suicida e preservando a dignidade das pessoas envolvidas (Méndez-Bustos et al., 2025; Prades-Caballero; Navarro-Pérez; Carbonell, 2025).

A exposição à morte de um colega pode ampliar o sofrimento de estudantes que já apresentam vulnerabilidades emocionais ou vivenciaram perdas recentes. Amigos próximos, estudantes que mantinham relações conflituosas com a pessoa falecida, adolescentes com histórico de ideação ou tentativa e aqueles que se identificam intensamente com a situação podem necessitar de atenção específica. Entretanto, a proximidade formal nem sempre determina quem será mais afetado, uma vez que colegas considerados menos próximos também podem experimentar sofrimento relevante. Assim, a identificação das pessoas vulneráveis precisa considerar vínculos, experiências anteriores e mudanças posteriores de comportamento, evitando tanto a exposição dos estudantes quanto a restrição do apoio apenas aos amigos mais íntimos (Williams; Wexler; Mueller, 2022; Webb et al., 2026).

Ademais, as manifestações do luto entre adolescentes são diversas e nem sempre aparecem sob a forma de tristeza explícita. Alguns estudantes podem apresentar silêncio, irritabilidade, queda de rendimento, dificuldade de concentração, faltas, afastamento dos colegas ou desinteresse pelas atividades. Outros podem demonstrar aparente indiferença, usar humor para lidar com o desconforto ou intensificar a participação em homenagens e discussões nas redes sociais. Essas reações não devem ser avaliadas por um padrão rígido, pois cada pessoa elabora a perda de maneira singular. A escola deve acompanhar mudanças significativas sem transformar manifestações esperadas de luto em diagnósticos, recorrendo à avaliação especializada quando houver sinais persistentes de sofrimento ou risco (Baldini et al., 2025; Webb et al., 2026).

Por conseguinte, verifica-se que o impacto do luto também se manifesta no processo educativo, uma vez que o sofrimento pode comprometer concentração, memória, motivação e aprendizagem. A expectativa de retorno imediato ao funcionamento habitual pode transmitir a mensagem de que a dor deve ser ocultada para não interferir na rotina institucional. Em sentido contrário, a interrupção prolongada das atividades pode intensificar a sensação de desorganização e insegurança. O equilíbrio exige flexibilizações temporárias, acolhimento, acompanhamento da frequência e do rendimento e retomada gradual das atividades pedagógicas. Portanto, reconhecer as repercussões educacionais do luto não significa reduzir as expectativas sobre os estudantes, mas oferecer condições para que continuem vinculados à escola durante o processo de elaboração da perda (Allen et al., 2021; Webb et al., 2026).

O pertencimento escolar pode funcionar como recurso protetivo diante do luto, sobretudo quando os estudantes percebem que suas emoções são reconhecidas e que existem pessoas disponíveis para apoiá-

los. Relações positivas com professores, colegas e outros adultos favorecem a procura por ajuda e reduzem o isolamento. Evidências longitudinais mostram que o sentimento de ser aceito, valorizado e incluído no ambiente escolar está associado a melhores resultados de saúde mental, inclusive após o término da educação básica. Dessa maneira, o acolhimento posterior à morte precisa fortalecer os vínculos e impedir que estudantes enlutados sejam afastados, estigmatizados ou tratados exclusivamente como pessoas em risco (Allen et al., 2021; Allen et al., 2024; Štremfel; Šterman Ivančič; Peras, 2024).

Já os Professores e demais profissionais da escola também vivenciam o luto e podem experimentar tristeza, culpa, insegurança e receio de abordar o assunto. A exigência institucional de apoiar os estudantes enquanto administram o próprio sofrimento pode ampliar a sobrecarga emocional. Além disso, muitos profissionais não recebem formação suficiente para atuar após uma morte por suicídio, o que favorece respostas inconsistentes, silenciamento ou encaminhamento indiscriminado de estudantes. A gestão deve oferecer orientações, espaços de escuta, apoio especializado e definição clara das responsabilidades, reconhecendo que cuidar dos profissionais constitui condição para que eles possam participar de forma segura da proteção dos estudantes (De Oliveira et al., 2023; Webb et al., 2026).

Nesse contexto, verifica-se que a comunicação da morte representa um momento sensível para toda a comunidade escolar. Informações incompletas ou contraditórias podem alimentar rumores, enquanto a exposição de detalhes, a simplificação das causas ou a idealização da pessoa falecida podem produzir efeitos prejudiciais. A escola deve confirmar as informações, dialogar com a família e utilizar linguagem clara, respeitosa e adequada à faixa etária. A comunicação precisa reconhecer a perda, informar os apoios disponíveis e orientar a busca por ajuda, sem transformar a morte em espetáculo ou apresentar o suicídio como resposta compreensível às dificuldades. Desse modo, comunicar de forma responsável constitui uma medida simultaneamente ética, educativa e preventiva (Williams; Wexler; Mueller, 2022; Webb et al., 2026).

No entanto, percebe-se que o silêncio institucional pode agravar o sofrimento quando impede os estudantes de expressar dúvidas, emoções e lembranças. Evitar completamente o tema não elimina sua presença, pois as conversas continuam entre colegas, famílias e redes sociais, frequentemente sem mediação de adultos preparados. Ao mesmo tempo, promover discussões indiscriminadas ou obrigar os estudantes a participar de atividades coletivas pode desrespeitar as diferentes formas de vivenciar o luto. A escola deve criar possibilidades de expressão voluntária, escuta e diálogo, mantendo uma comunicação segura e compatível com as necessidades da comunidade. Assim, o enfrentamento do silêncio não significa falar continuamente sobre a morte, mas assegurar que ninguém permaneça sem orientação ou apoio (Williams; Wexler; Mueller, 2022; De Oliveira et al., 2023).

Já as homenagens e os memoriais exigem critérios institucionais que conciliem respeito à perda e prevenção de riscos. Cerimônias, murais e publicações digitais podem oferecer oportunidades de despedida e solidariedade, mas também podem favorecer exposição excessiva, idealização ou reprodução de informações inadequadas. A escola deve estabelecer critérios equivalentes para diferentes formas de morte, dialogar com a família e orientar os estudantes sobre o uso responsável das redes sociais. As manifestações de memória podem ser direcionadas à valorização da vida, ao cuidado coletivo e à busca por ajuda, evitando-se transformar o suicídio em narrativa heroica, romântica ou permanente no cotidiano institucional (Williams; Wexler; Mueller, 2022; Webb et al., 2026).

A elaboração do luto requer articulação entre escola, família e rede intersetorial de proteção. Os responsáveis precisam receber informações sobre possíveis reações, serviços disponíveis e formas de acompanhar os adolescentes, enquanto a escola necessita de fluxos para encaminhar situações que demandem atendimento especializado. Saúde, assistência social, órgãos de proteção e instituições comunitárias devem atuar de maneira complementar, respeitando as competências de cada setor. Essa integração é especialmente necessária em territórios com poucos recursos, nos quais a simples recomendação de procurar atendimento pode não resultar em cuidado efetivo. Portanto, o encaminhamento somente cumpre sua finalidade quando acompanhado de comunicação, corresponsabilidade e verificação da continuidade do suporte (Breet et al., 2021; De Oliveira et al., 2023; Martins; Dias, 2025).

O acompanhamento não deve se limitar aos primeiros dias após a morte, porque algumas repercussões surgem ou se intensificam posteriormente. Datas comemorativas, aniversários, períodos de avaliação e acontecimentos semelhantes podem reativar lembranças e sofrimento. A escola precisa monitorar alterações de frequência, rendimento, comportamento e participação, além de revisar as medidas adotadas e manter apoio disponível. Essa continuidade permite identificar necessidades que não estavam visíveis na resposta imediata e evita que a pós-venção seja reduzida a um conjunto de procedimentos emergenciais. Desse modo, acompanhar o luto ao longo do tempo constitui parte essencial da proteção à saúde mental e da continuidade educacional (Williams; Wexler; Mueller, 2022; Webb et al., 2026).

Assim, constata-se que o luto por suicídio afeta a comunidade escolar de forma ampla, desigual e prolongada. Uma resposta adequada precisa reconhecer as particularidades da perda, proteger a privacidade, evitar culpabilizações, apoiar estudantes e profissionais e assegurar continuidade pedagógica. Também deve combinar comunicação responsável, identificação de vulnerabilidades, fortalecimento do pertencimento e articulação com as famílias e os serviços especializados. Dessa forma, acolher o luto não significa apenas reagir à morte, mas reconstruir vínculos e condições de segurança para que a comunidade escolar possa elaborar a perda sem que o silêncio, o estigma ou a desassistência ampliem o sofrimento (Williams; Wexler; Mueller, 2022; De Oliveira et al., 2023; Webb et al., 2026).

3.5 O CURRÍCULO OCULTO DO SILÊNCIO

O currículo oculto compreende valores, normas, expectativas e comportamentos transmitidos pelas instituições educacionais sem que estejam formalmente declarados nos documentos curriculares. Sua influência manifesta-se nas relações de poder, rotinas, rituais e práticas consideradas naturais no cotidiano escolar. Essas aprendizagens implícitas podem fortalecer cooperação e responsabilidade, mas também reproduzir obediência, desigualdades, exclusões e silenciamentos. Assim, os estudantes aprendem tanto pelo que a escola ensina formalmente quanto por aquilo que valoriza, omite ou impede que seja discutido (Rossouw; Frick, 2023; Kärner; Schneider, 2024).

Neste estudo, propõe-se o conceito de “currículo oculto do silêncio” para explicar as mensagens implícitas transmitidas quando a escola evita abordar sofrimento, luto e suicídio. Não se trata de conteúdo deliberadamente previsto, mas de uma aprendizagem produzida pela ausência de comunicação, pela interrupção do diálogo e pelo retorno à rotina sem reconhecimento das repercussões emocionais e educacionais da morte. Nesse contexto, os estudantes podem aprender que determinados sentimentos não devem ser verbalizados, que a dor pertence exclusivamente à esfera privada e que procurar ajuda representa fraqueza ou inadequação (Kärner; Schneider, 2024; Suskha, 2025).

A dimensão comunicacional desse currículo aparece quando informações vagas ou contraditórias substituem uma comunicação institucional planejada. O receio de falar sobre suicídio pode deixar rumores e redes sociais como principais fontes de informação. Entretanto, romper o silêncio não significa divulgar detalhes ou estimular discussões indiscriminadas, mas reconhecer a perda, preservar a privacidade, evitar culpabilizações e informar os apoios disponíveis. Desse modo, a escola substitui a omissão por uma comunicação ética, educativa e protetiva (Williams; Wexler; Mueller, 2022; Webb et al., 2026).

A dimensão emocional manifesta-se quando a instituição deslegitima o sofrimento ou admite apenas formas restritas de vivenciar o luto. Tristeza, irritabilidade, afastamento, queda de rendimento e participação intensa em homenagens podem constituir diferentes formas de reação. A exigência de autocontrole imediato comunica que a dor deve ser ocultada para não interferir na rotina. Ao mesmo tempo, a dimensão pedagógica torna-se visível quando dificuldades de concentração, aprendizagem e frequência são ignoradas. A escola precisa oferecer espaços voluntários de escuta, flexibilizações temporárias e acompanhamento, conciliando acolhimento e continuidade educacional (Williams; Wexler; Mueller, 2022; Webb et al., 2026).

O currículo oculto do silêncio também alcança professores e gestores. Expectativas institucionais implícitas podem levá-los a acreditar que devem apoiar os estudantes, dominar procedimentos para os quais não foram capacitados e manter a rotina sem demonstrar o próprio sofrimento. Essa contradição contribui para insegurança, isolamento, culpa e sobrecarga emocional. A inexistência de protocolos e a indefinição

das responsabilidades reforçam o silêncio institucional, pois fazem com que as decisões dependam de interpretações individuais. Portanto, formação, apoio especializado e protocolos claros são essenciais para transformar o cuidado em responsabilidade institucional compartilhada (Lee et al., 2023; De Oliveira et al., 2023).

Tornar o currículo oculto visível constitui o primeiro passo para reduzir seus efeitos negativos. Formação profissional, revisão dos protocolos, participação estudantil e análise crítica das práticas cotidianas permitem identificar contradições entre o discurso institucional de acolhimento e as experiências efetivamente vivenciadas. A literatura recomenda familiarizar professores e estudantes com o conceito, reorganizar os ambientes de aprendizagem e desenvolver modelos institucionais que fortaleçam resultados construtivos. O objetivo não é eliminar completamente o currículo oculto, mas reconhecer seus mecanismos e orientar sua influência para práticas mais inclusivas, dialógicas e protetivas (Hosseini et al., 2023; Rossouw; Frick, 2023).

Logo, pode-se dizer que o currículo oculto do silêncio corresponde às mensagens implícitas produzidas quando normas, rotinas e omissões tornam invisíveis o sofrimento, o luto e o suicídio. Seus efeitos podem ser observados nas dimensões comunicacional, emocional, pedagógica, relacional e institucional. Sua transformação exige comunicação responsável, reconhecimento das diferentes manifestações de luto, formação profissional, continuidade pedagógica flexível e protocolos de pósvenção. Assim, tornar o silêncio visível permite substituí-lo por uma cultura escolar fundamentada no cuidado, no pertencimento e na responsabilidade compartilhada (Rossouw; Frick, 2023; Hosseini et al., 2023; Kärner; Schneider, 2024).

3.6 RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA NA PÓSVENÇÃO ESCOLAR: ATUAÇÃO INSTITUCIONAL, FAMILIAR E COMUNITÁRIA

A pósvenção escolar exige responsabilidade compartilhada porque os efeitos de uma morte por suicídio ultrapassam as competências de uma única instituição ou categoria profissional. Estudantes, familiares, professores, gestores e demais trabalhadores podem ser afetados de maneiras distintas, demandando ações articuladas de comunicação, acolhimento, identificação de vulnerabilidades e acompanhamento. Nesse processo, a escola ocupa posição central, mas não deve assumir isoladamente funções clínicas, assistenciais ou familiares. A efetividade da resposta depende, portanto, da definição prévia de atribuições e da cooperação entre educação, saúde, assistência social, família e comunidade (De Oliveira et al., 2023; Webb et al., 2026).

A gestão escolar é responsável por coordenar a resposta institucional e assegurar que as decisões não sejam tomadas de forma improvisada. Entre suas atribuições estão confirmar as informações, dialogar com a família, orientar a comunicação, acionar a equipe de crise, organizar espaços de acolhimento e

acompanhar as repercussões educacionais. Também compete à gestão preservar a privacidade, impedir culpabilizações e estabelecer critérios seguros para homenagens e memoriais. Protocolos previamente elaborados reduzem contradições, delimitam responsabilidades e favorecem respostas coerentes nos momentos de maior tensão (Williams; Wexler; Mueller, 2022; Webb et al., 2026).

No mais, professores e demais profissionais da educação desempenham papel relevante por manterem contato cotidiano com os estudantes e poderem perceber mudanças de comportamento, frequência, rendimento e participação. Sua atuação deve envolver escuta inicial, acolhimento sem julgamentos e comunicação das situações preocupantes à equipe responsável. Entretanto, professores não devem realizar diagnósticos ou substituir profissionais de saúde mental. Para que exerçam essa função com segurança, precisam receber formação, orientações claras e apoio emocional, inclusive porque também podem vivenciar sofrimento, culpa e insegurança após a morte de um estudante (De Oliveira et al., 2023; Lee et al., 2023).

Destarte, verifica-se que a família deve participar das decisões relacionadas à comunicação e ao cuidado, respeitando-se seus limites, sua privacidade e seu próprio processo de luto. O diálogo com os responsáveis contribui para evitar informações contraditórias, orientar o acompanhamento dos adolescentes e identificar necessidades que não são percebidas no ambiente escolar. Ao mesmo tempo, a família não deve ser culpabilizada nem responsabilizada isoladamente pela morte, considerando a natureza multidimensional do comportamento suicida. A relação entre escola e responsáveis precisa basear-se em respeito, confidencialidade e corresponsabilidade (Méndez-Bustos et al., 2025; Morcillo et al., 2025).

Outrossim, a rede de saúde e assistência social é indispensável para avaliar e acompanhar estudantes ou profissionais que apresentem sofrimento intenso ou risco. A escola deve possuir fluxos claros de encaminhamento, contatos atualizados e mecanismos de comunicação com os serviços do território. O simples fornecimento de um endereço ou telefone não garante acesso ao cuidado, especialmente em localidades com poucos recursos especializados. Por isso, o encaminhamento precisa ser acompanhado e articulado, preservando-se a confidencialidade e verificando-se, dentro dos limites institucionais, a continuidade do suporte (Breet et al., 2021; Weare; Nind, 2011).

Também, verifica-se que a comunidade também pode contribuir para reconstruir vínculos, reduzir o estigma e ampliar as redes de apoio. Organizações sociais, lideranças comunitárias, serviços públicos e instituições de segurança podem participar das ações preventivas e protetivas, desde que respeitem a natureza pedagógica da escola e os direitos dos estudantes. Essa participação não deve resultar em exposição, vigilância excessiva ou criminalização do sofrimento. Quando orientada pela proximidade, pelo diálogo e pela proteção, a integração comunitária fortalece a capacidade institucional de responder às necessidades locais (Martins; Dias, 2025; Dias et al., 2026).

A participação dos estudantes deve igualmente ser considerada na elaboração das estratégias de pósvenção. Jovens podem contribuir para identificar necessidades, avaliar formas de comunicação e construir iniciativas de apoio entre pares, desde que não sejam responsabilizados pela vigilância ou pelo cuidado clínico dos colegas. A escuta estudantil favorece intervenções adequadas à linguagem, à cultura e às formas de interação do grupo. Além disso, fortalece pertencimento e confiança, elementos fundamentais para que os adolescentes procurem ajuda quando necessário (Allen et al., 2021; Štremfel; Šterman Ivančič; Peras, 2024).

Portanto, observa-se que a responsabilidade compartilhada transforma a pósvenção em uma política institucional e comunitária de cuidado. À escola compete coordenar e acompanhar; aos professores, acolher e comunicar; às famílias, colaborar na proteção; aos serviços especializados, avaliar e oferecer cuidado; e à comunidade, fortalecer as redes de apoio. Essa divisão não fragmenta a resposta, mas organiza a cooperação e evita que estudantes ou profissionais permaneçam desassistidos. Desse modo, a articulação intersetorial possibilita conciliar proteção à vida, elaboração do luto, fortalecimento do pertencimento e continuidade educacional (Williams; Wexler; Mueller, 2022; De Oliveira et al., 2023; Webb et al., 2026).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise da literatura revelou três eixos interdependentes: fatores de risco e proteção; pertencimento e prevenção escolar; e pósvenção após a morte de um estudante. A discussão apontou uma assimetria: enquanto riscos individuais e programas preventivos recebem maior atenção, as repercussões educacionais do luto e a efetividade da pósvenção permanecem pouco investigadas. A escola é reconhecida como espaço estratégico de prevenção, mas sua atuação posterior à morte ainda carece de protocolos, formação e acompanhamento sistemático (Williams; Wexler; Mueller, 2022; De Oliveira et al., 2023; Baldini et al., 2025; Morcillo et al., 2025; Webb et al., 2026).

Os estudos convergem ao caracterizar o comportamento suicida como fenômeno multidimensional. Sintomas depressivos, impulsividade, dificuldades de regulação emocional, conflitos familiares, abuso, bullying e isolamento podem ampliar a vulnerabilidade, mas nenhum elemento explica isoladamente a ideação ou a tentativa. A perspectiva socioecológica demonstra que fatores individuais estão inseridos em relações e condições institucionais e sociais. Por isso, intervenções centradas somente no adolescente são insuficientes quando não enfrentam violência, fragilidade dos vínculos, desigualdades e barreiras de acesso ao cuidado (Fonseca-Pedrero et al., 2022; Méndez-Bustos et al., 2025; Prades-Caballero; Navarro-Pérez; Carbonell, 2025).

O pertencimento escolar destacou-se como elemento articulador entre aprendizagem, saúde mental e proteção. Sentir-se aceito, respeitado e valorizado amplia a confiança e favorece a procura por ajuda, enquanto exclusão, bullying e omissão institucional intensificam o sofrimento. Relações positivas

apresentam efeitos que podem ultrapassar o período escolar, associando-se a melhores resultados posteriores de saúde mental. Nesse contexto, cultura de paz, mediação de conflitos e participação democrática devem integrar as políticas de prevenção, pois proteção e pertencimento dependem da qualidade das relações e das práticas institucionais (Allen et al., 2021; Allen et al., 2024; Štremfel; Šterman Ivančič; Peras, 2024; Dias et al., 2026; Martins; Dias, 2025).

Ademais, as informações demonstram que programas escolares estruturados podem reduzir ideação e tentativas, especialmente quando envolvem diferentes agentes, formação profissional e acompanhamento. Entretanto, ações pontuais apresentam alcance limitado quando não estão integradas ao currículo, ao clima escolar, à participação familiar e aos serviços especializados. A efetividade depende não apenas do conteúdo, mas da continuidade, da fidelidade de implementação e da adequação ao contexto. Dessa forma, campanhas ocasionais não substituem políticas institucionais permanentes de promoção da saúde mental e proteção à vida (Weare; Nind, 2011; Breet et al., 2021; Walsh; McMahon; Herring, 2022; De Oliveira et al., 2023).

Outrossim, a pós-venção apresenta dados mais frágeis do que a prevenção. Embora as diretrizes recomendem comunicação segura, identificação das pessoas afetadas, apoio aos profissionais, articulação familiar e acompanhamento prolongado, poucas pesquisas avaliam os efeitos dessas práticas. O luto pode comprometer concentração, frequência, aprendizagem e participação, enquanto professores e gestores podem experimentar culpa, insegurança e sobrecarga. A resposta escolar precisa equilibrar acolhimento e continuidade pedagógica, mediante espaços voluntários de escuta, flexibilizações temporárias e monitoramento das mudanças acadêmicas e emocionais (Williams; Wexler; Mueller, 2022; Webb et al., 2026).

Destarte, a análise do currículo oculto acrescentou uma dimensão original à discussão. Normas, rotinas e relações de poder transmitem mensagens implícitas sobre quais emoções podem ser demonstradas e quais temas podem ser discutidos. Quando a escola evita falar sobre a morte ou retoma a rotina sem reconhecer suas repercussões, produz um currículo oculto do silêncio, ensinando que o sofrimento deve permanecer privado. Esse processo também alcança os profissionais, que podem sentir-se obrigados a apoiar os estudantes sem expressar o próprio sofrimento. Sua transformação exige tornar visíveis as normas implícitas, investir em formação e alinhar as práticas institucionais ao discurso formal de acolhimento (Rossouw; Frick, 2023; Lee et al., 2023; Hosseini et al., 2023; Kärner; Schneider, 2024; Suskha, 2025).

O estudo demonstrou que o silêncio institucional possui efeitos concretos: favorece rumores, amplia o isolamento, compromete a continuidade educacional e transfere o cuidado para indivíduos despreparados. Em contraste, comunicação responsável, pertencimento, protocolos e articulação intersetorial funcionam como mecanismos de proteção. À gestão cabe coordenar; aos professores, acolher e comunicar; às famílias,

colaborar no acompanhamento; e aos serviços especializados, avaliar e oferecer cuidado. Essa corresponsabilidade reduz a fragmentação e evita que estudantes e profissionais permaneçam desassistidos (Weare; Nind, 2011; Breet et al., 2021; De Oliveira et al., 2023; Martins; Dias, 2025;).

Também foram identificadas lacunas geográficas e metodológicas. As evidências concentram-se em países de alta renda, com poucos estudos sobre contextos culturalmente diversos e territórios com serviços limitados. São escassas as pesquisas longitudinais e participativas que avaliam aprendizagem, frequência, pertencimento e permanência após uma morte. Essas limitações dificultam a transferência direta das recomendações e reforçam a necessidade de estudos contextualizados, especialmente em escolas públicas brasileiras (Breet et al., 2021; Štremfel; Šterman Ivančič; Peras, 2024; Prades-Caballero; Navarro-Pérez; Carbonell, 2025; Webb et al., 2026).

Portanto, infere-se que o risco, pertencimento, prevenção e pósvenção integram um mesmo sistema de proteção. Vínculos construídos antes de uma ocorrência influenciam a capacidade de a comunidade enfrentar a perda posteriormente. A pósvenção deve ser deslocada do campo exclusivamente emergencial para uma política educacional contínua, fundamentada em comunicação segura, formação profissional, pertencimento, continuidade pedagógica e responsabilidade compartilhada. Romper o currículo oculto do silêncio significa transformar a resposta à morte em compromisso institucional com cuidado, proteção à vida e permanência educacional (Williams; Wexler; Mueller, 2022; De Oliveira et al., 2023; Allen et al., 2024; Webb et al., 2026).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a escola constitui espaço estratégico de proteção, mas sua atuação após a morte de um estudante ainda é pouco sistematizada. A pósvenção deve ser compreendida como continuidade da prevenção e como política educacional permanente, não apenas como resposta emergencial, pois seus efeitos alcançam estudantes, familiares, professores, gestores e demais integrantes da comunidade escolar.

Os principais achados demonstraram que a literatura se concentra na identificação de riscos e nos programas preventivos, enquanto permanecem escassas as avaliações sobre os efeitos da pósvenção na aprendizagem, frequência e permanência. Comunicação segura, fortalecimento do pertencimento, apoio aos profissionais e articulação intersetorial foram identificados como elementos essenciais. Verificou-se, ainda, que omissões, rotinas e normas implícitas podem produzir um currículo oculto do silêncio, pelo qual o sofrimento e o luto são invisibilizados. Romper esse processo exige reconhecer as diferentes manifestações da perda e conciliar acolhimento emocional com continuidade pedagógica.

Por fim, recomenda-se que as redes de ensino instituam protocolos de pósvenção, capacitem continuamente professores e gestores, definam fluxos de comunicação e encaminhamento e assegurem

apoio aos estudantes, profissionais e famílias. As ações devem envolver saúde, assistência social e comunidade, com responsabilidades claramente delimitadas e acompanhamento de médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, K.-A.; GREENWOOD, C. J.; BERGER, E.; PATLAMAZOGLOU, L.; REUPERT, A.; WURF, G.; MAY, F.; O'CONNOR, M.; SANSON, A.; OLSSON, C. A.; LETCHER, P. Adolescent school belonging and mental health outcomes in young adulthood: findings from a multi-wave prospective cohort study. **School Mental Health**, v. 16, p. 149–160, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12310-023-09626-6>
- ALLEN, K.-A.; SLATEN, C. D.; ARSLAN, G.; ROFFEY, S.; CRAIG, H.; VELLA-BRODRICK, D. A. School belonging: the importance of student and teacher relationships. In: KERN, M. L.; WEHMEYER, M. L. (ed.). **The Palgrave handbook of positive education**. Cham: Palgrave Macmillan, 2021. p. 525–550. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-64537-3_21
- BALDINI, V.; GNAZZO, M.; VARALLO, G.; DI VINCENZO, M.; SCORZA, M.; FRANCESCHINI, C.; DE RONCHI, D.; FIORILLO, A.; PLAZZI, G. A comprehensive approach to adolescent suicide prevention: insights from a narrative review perspective. **Frontiers in Psychology**, v. 16, e1612067, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2025.1612067>
- BREET, E.; MATOOANE, M.; TOMLINSON, M.; BANTJES, J. Systematic review and narrative synthesis of suicide prevention in high-schools and universities: a research agenda for evidence-based practice. **BMC Public Health**, v. 21, e1116, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12889-021-11124-w>
- DE OLIVEIRA, J. M.; DUEÑAS, J.-M.; MORALES-VIVES, F.; GALLARDO-NIETO, E. Educational agents and institutions called into action in suicide prevention, intervention, and postvention. **Frontiers in Psychology**, v. 14, e1213751, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1213751>
- DIAS, M. A. N.; FEITOSA, A. A.; SILVA, A. C. Q. da; SÁ, R. A. de; TROMBETA, D. C.; SILVA, L. A. G.; BATISTA, D. C. S.; TIRELLO, D. da C. Letramento, violência escolar e mediação de conflitos: contribuições para construção da cultura de paz no ambiente escolar. **Periódicos Brasil: Pesquisa Científica**, v. 5, n. 1, p. 1354–1373, 2026. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n1p1354-1373>
- FONSECA-PEDRERO, E.; AL-HALABÍ, S.; PÉREZ-ALBÉNIZ, A.; DEBBANÉ, M. Risk and protective factors in adolescent suicidal behaviour: a network analysis. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 3, e1784, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph19031784>
- HOSSEINI, A.; GHASEMI, E.; NIKBAKHT NASRABADI, A.; SAYADI, L. Strategies to improve hidden curriculum in nursing and medical education: a scoping review. **BMC Medical Education**, v. 23, e658, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12909-023-04652-z>
- KÄRNER, T.; SCHNEIDER, G. A scoping review on the hidden curriculum in education. **RECAP: Global Perspectives**, n. 1, p. 1–29, 2024.

LEE, C. A.; WILKINSON, T. J.; TIMMERMAN, J. A.; ALI, A. N.; ANAKIN, M. G. Revealing the impact of the hidden curriculum on faculty teaching: a qualitative study. **Medical Education**, v. 57, n. 8, p. 761–769, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1111/medu.15026>

MARTINS, J. R. M.; DIAS, M. A. N. Ações de polícia comunitária e patrulha escolar: prevenção da violência através da integração. **Revista Foco**, v. 18, n. 1, e7389, p. 1–22, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n1-010>

MÉNDEZ-BUSTOS, P.; TAPIA, A.; LOPEZ-CASTROMAN, J.; FUSTER-VILLASECA, J. Conducta suicida en adolescentes chilenos: un análisis multidimensional centrado en factores psicológicos, clínicos y sociofamiliares. **Revista Médica de Chile**, v. 153, n. 5, p. 362–372, 2025. DOI: <https://doi.org/10.4067/S0034-98872025000500362>

MORCILLO, V.; FERRER-RIBOT, M.; MUT-AMENGUAL, B.; BAGUR, S.; ROSSELLÓ, M. R. Mental health and suicide attempts in adolescents: a systematic review. **Healthcare**, v. 13, n. 9, e1039, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/healthcare13091039>

PRADES-CABALLERO, V.; NAVARRO-PÉREZ, J.-J.; CARBONELL, Á. Factors associated with suicidal behavior in adolescents: an umbrella review using the socio-ecological model. **Community Mental Health Journal**, v. 61, p. 612–628, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10597-024-01368-2>

PETERS, M. D. J.; MARNIE, C.; TRICCO, A. C.; POLLOCK, D.; MUNN, Z.; ALEXANDER, L.; MCINERNEY, P.; GODFREY, C. M.; KHALIL, H. Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews. **JBIM Evidence Synthesis**, v. 18, n. 10, p. 2119–2126, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11124/JBIES-20-00167>

ROSSOUW, N.; FRICK, L. A conceptual framework for uncovering the hidden curriculum in private higher education. **Cogent Education**, v. 10, n. 1, e2191409, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/2331186X.2023.2191409>

SUSKHA, F. Silent pedagogies and hidden curriculum in Arabic language instruction among rural madrasahs. **Education Achievement: Journal of Science and Research**, v. 6, n. 2, p. 884–894, 2025.

ŠTREMEL, U.; ŠTERMAN IVANČIČ, K.; PERAS, I. Addressing the sense of school belonging among all students? A systematic literature review. *European Journal of Investigation in Health, Psychology and Education*, v. 14, n. 11, p. 2901–2917, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/ejihpe14110190>

TRICCO, A. C.; LILLIE, E.; ZARIN, W.; O'BRIEN, K. K.; COLQUHOUN, H.; LEVAC, D.; MOHER, D.; PETERS, M. D. J.; HORSLEY, T.; WEEKS, L.; HEMPEL, S.; AKL, E. A.; CHANG, C.; MCGOWAN, J.; STEWART, L.; HARTLING, L.; ALDCROFT, A.; WILSON, M. G.; GARRITTY, C.; LEWIN, S.; GODFREY, C. M.; MACDONALD, M. T.; LANGLOIS, É. V.; SOARES-WEISER, K.; MORIARTY, J.; CLIFFORD, T.; TUNÇALP, Ö.; STRAUS, S. E. PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. **Annals of Internal Medicine**, v. 169, n. 7, p. 467–473, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7326/M18-0850>

WALSH, E. H.; MCMAHON, J.; HERRING, M. P. Research review: the effect of school-based suicide prevention on suicidal ideation and suicide attempts and the role of intervention and contextual factors among adolescents: a meta-analysis and meta-regression. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v. 63, n. 8, p. 836–845, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1111/jcpp.13598>

WEARE, K.; NIND, M. Mental health promotion and problem prevention in schools: what does the evidence say? **Health Promotion International**, v. 26, supl. 1, p. i29–i69, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1093/heapro/dar075>

WEBB, M.; BAILEY, E.; LAMBLIN, M.; KRYSINSKA, K.; ROBINSON, J. What is the evidence for preparing for and responding to student suicide in schools? A systematic review. **School Mental Health**, v. 18, p. 339–356, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12310-025-09773-y>

WILLIAMS, D. Y.; WEXLER, L.; MUELLER, A. S. Suicide postvention in schools: what evidence supports our current national recommendations? **School Social Work Journal**, v. 46, n. 2, p. 23–69, 2022.